

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.815 - RJ (2018/0173004-3)**

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
AGRAVADO : CLARA REGINA DA FONSECA LACERDA  
ADVOGADO : THIAGO FURTADO DE MELO OLIVEIRA - RJ182217

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base na ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, na ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, no não cabimento de REsp quando a tese recursal é eminentemente constitucional, na consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ (quanto à alegada violação ao art. 103 da Lei n. 8.213/91, em relação à interrupção da prescrição a partir da ACP n. 0004911-28.2011.4.03.6183, quanto ao recomeço do prazo prescricional, no sentido de que a referida ação civil pública ainda não transitou em julgado, motivo pelo qual o prazo prescricional continua interrompido) e na incidência da Súmula n. 7/STJ.

A parte agravante, entretanto, deixou de impugnar especificamente os óbices referentes à ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, à ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade, ao não cabimento de REsp alegando violação à norma constitucional, à consonância do acórdão recorrido com jurisprudência do STJ (quanto à alegada violação ao art. 103 da Lei n. 8.213/91 e quanto ao recomeço do prazo prescricional, no sentido de que a referida ação civil pública ainda não transitou em julgado, motivo pelo qual o prazo prescricional continua interrompido) e à ocorrência da Súmula n. 7/STJ.

Desse modo, forçosa é a incidência do art. 253, I, do Regimento Interno do STJ e art. 932, III, do CPC/2015, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

A propósito, confira-se o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE

TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, 2ª PARTE, DO CPC/1973, ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. I, DO RISTJ E ART. 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e fundamentadamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Inteligência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, do art. 253, I, do RISTJ e do art. 932, III, do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 856.456/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 16/5/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator